ATA 02/2026

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2026

---------- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Arouca, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, sob a presidência do seu Presidente senhor Afonso Portugal Ferreira da Silva, e com a presença da primeira secretária senhora Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes e da segunda secretária senhora Sónia Isabel Cardoso de Pinho e restantes membros senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Ângelo Emanuel Quaresma Teixeira Campelo de Sousa, Inês Tavares Monteiro, Alexandre Manuel Gonçalves Duarte, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Óscar de Pinho Brandão, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, José Maria de Oliveira Ribeiro, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Maria Cristina de Oliveira Saavedra, João Paulo Martins da Silva Fernandes, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida, José Pedro de Sá Monteiro Teixeira Garrido, Vasco Miguel Portugal Quaresma, Luís Carlos dos Santos Pereira, Fernando Ilídio Moreira de Almeida, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Urrô, Várzea, e Presidentes das Uniões das Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covelo de Paivó e Janarde.----------

----------Faltaram os senhores Francisco José da Costa Ferreira e Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira.---------- ----------

----------Do executivo municipal estiveram presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira, e os Vereadores senhores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho, Célia Regina Brandão Alves e Rui Filipe Vilar Gomes. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às catorze horas. ---------

----------Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes.-----

----------Em seguida foi elencada a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----------1.Período de intervenção dos Senhores Munícipes----------

----------2.Período de antes da ordem do dia ----------

----------2.1 – Correspondência ----------

----------2.2 – Atas – Aprovação ----------

----------2.3 – Intervenção dos senhores membros da Assembleia Municipal ----------

----------3. Período da Ordem do Dia ----------

---------- 3.1 – Documento de Prestação de Contas ----------

---------- 3.2 – Regulamento de Apoio à Natalidade ----------

---------- 3.3 – Carta Social de Arouca ----------

---------- 3.4 – Conselho Municipal de Juventude – Indicação de um Membro de cada Partido ou Grupo de Cidadãos Eleitores Representados na Assembleia ----------

---------- 3.5 – Conselho Municipal de Educação – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para Representação das Freguesias ----------

---------- 3.6 – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Arouca – Relatório de Avaliação Intercalar – Conhecimento ----------

---------- 3.7 – Informação Económica e Financeira e de Execução Orçamental – Conhecimento ----------

---------- 3.8 – Regimento – Alteração e Aprovação ----------

---------- 3.9 – Informação da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e sobre a Situação Financeira do Município ----------

---------- 1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------

---------- Neste ponto inscreveram-se para intervir os munícipes senhores José Paulo Oliveira, Fernando Tadeu Andrade, Maria do Carmo Ferreira, Generosa Cruz. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Munícipe senhora **Generosa Cruz** que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos e questionou a obrigatoriedade de renovação, de três em três anos, do cartão de acesso dos arouquenses aos Passadiços do Paiva e à Ponte 516 Arouca. Considerou que esta exigência não se justifica para residentes e lembrou que, noutros passadiços, o acesso local é gratuito sem renovações periódicas. Assinalou ainda que os munícipes já enfrentam impactos do turismo e defendeu um regime mais favorável para os residentes. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta saudou a Mesa, os membros da Assembleia e, em particular, os novos elementos presentes e todos os que assistem à reunião. Esclareceu que os Passadiços do Paiva e a Ponte 516 Arouca têm regulamento próprio, que prevê a necessidade de revalidação do cartão de residente a cada três anos. Recordou que os residentes beneficiam de acesso sem marcação e que estas regras foram definidas em reunião de Câmara. Reconheceu a questão levantada e manifestou disponibilidade para analisar o assunto, sublinhando que o sistema tem funcionado conforme o regulamento. ----

---------- Foi concedida a palavra à munícipe senhora **Maria do Carmo Ferreira** que saudou a Assembleia, o Executivo e a Presidente da Câmara, desejando um mandato de trabalho conjunto em prol dos arouquenses. Colocou duas questões. Em primeiro lugar, referiu o fim do projeto Sénior, explicando que o grupo continua a

trabalhar por iniciativa própria e com apoio da Junta, mas sem monitoras, e perguntou quando será criado um novo projeto que permita retomar atividades acompanhadas. ----------

----------Em segundo lugar, abordou a situação da Escola do Bacelo, que permanece encerrada, solicitando esclarecimentos sobre a responsabilidade pela gestão do edifício e sobre o impasse existente. Acrescentou que Tropeço não dispõe de qualquer parque de lazer ou espaço público, ao contrário de outras freguesias, e questionou se, durante o mandato, a população continuará a ser tratada como "arouquenses de segunda" ou se será finalmente criado um espaço de lazer para a comunidade. ----------

----------Tomou a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, após autorização do senhor Presidente da Assembleia, começando por afirmar que trata todos os arouquenses de forma igual e que todas as freguesias merecem a consideração do Executivo. Relativamente ao projeto Sénior, reconheceu o impacto positivo da iniciativa e informou que o Município está a ultimar as candidaturas necessárias para garantir a sua continuidade, pedindo um pouco mais de paciência enquanto os processos são concluídos. ----------

----------Sobre a Escola do Bacelo, esclareceu que existe um projeto previsto para o edifício, a concretizar durante o presente mandato, acrescentando que as intervenções serão desenvolvidas em articulação com o senhor Presidente da Junta e de acordo com as dinâmicas e prioridades de cada freguesia. ----------

----------Foi dada a palavra ao munícipe senhor **José Paulo Oliveira** que saudou os presentes e interveio enquanto morador. Questionou o prazo previsto para a conclusão das obras na Rua Dr. Arnaldo Lhamas, manifestando dúvidas quanto à indicação de que só terminariam em setembro. Referiu depois a situação da Rua Barroca–Regadas, na freguesia de Rossas, onde decorrem obras de saneamento, relatando várias queixas de moradores devido ao agravamento do estado da via. Explicou que a estrada ficou muito danificada pelas máquinas e que está a ser feita apenas a reposição da vala, sem reparação global do pavimento, o que considera inadequado. Mencionou a possibilidade de a via vir a ser incluída numa empreitada de requalificação de estradas, mas alertou para a necessidade de melhor planeamento e de evitar custos duplicados. Concluiu apelando à presença dos responsáveis no local para verificarem a situação e encontrarem uma solução.----------

----------Tomou a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, após autorização do senhor Presidente da Assembleia, explicando que as obras de saneamento, embora essenciais, são sempre complexas e geram inevitáveis transtornos. Recordou que o Município tem acompanhado de perto as intervenções, apesar de serem executadas pelas Águas do Norte, e que o investimento em curso ronda os 3 milhões de euros. Esclareceu que as regras da contratação pública não permitem avançar de imediato para a colocação do tapete final ou para trabalhos complementares enquanto a empreitada principal não estiver concluída. Garantiu que, após a finalização das obras, será possível proceder à requalificação das vias, assegurando que o Executivo está empenhado em minimizar os impactos e em garantir que os trabalhos fiquem bem executados. ----------

---------- Foi dada a palavra ao munícipe senhor **Tadeu Andrade** que saudou a Mesa, o Executivo e os deputados. Manifestou preocupação com a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, defendendo que colocar a intervenção dos munícipes no final da sessão dificultaria a participação cívica. Recordou o simbolismo dos 52 anos do 25 de Abril e dos 50 anos da Constituição, sublinhando que Arouca se distingue por permitir a intervenção dos cidadãos no início das reuniões. Apelou, por isso, à manutenção desse modelo, por considerar que promove a democracia e a proximidade entre cidadãos e instituições.----------

---------- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para prestar esclarecimentos, informando que, embora tenha existido uma proposta para alterar o Regimento no sentido de deslocar a intervenção dos munícipes para o final da sessão, essa sugestão foi retirada na versão final que seria submetida à apreciação da Assembleia, mantendo-se assim o modelo atual, salvo proposta em contrário apresentada durante a discussão.

---------- 2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

---------- 2.1 – CORRESPONDÊNCIA: ----------

---------- Foi dada nota da correspondência recebida, que oportunamente foi dada a conhecer por e-mail aos membros desta Assembleia, não se tendo registado intervenções neste ponto.----------

---------- 2.2 – ATAS – APROVAÇÃO: ----------

---------- Foi submetida para apreciação a ata número 1/2026. Não se registaram intervenções.----------

---------- Posta à votação, por braço no ar, foi aprovada por maioria com 6 abstenções (ausência na reunião a que a ata diz respeito). ----------

---------- 2.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

---------- Neste ponto pediram para intervir os senhores Ângelo Emanuel Campelo, Fátima Pinho, José Maria Ribeiro, João Fernandes, Pedro Bastos, José Luís Fevereiro, Alexandre Duarte, Vasco Portugal, Óscar Brandão e Pedro Sousa.----------

---------- Dada a palavra ao senhor **Ângelo Emanuel Campelo** este centrou a sua intervenção na importância de celebrar o 25 de Abril com consciência e responsabilidade. Recordou que a liberdade conquistada em 1974 não é um dado adquirido, mas uma conquista que deve ser preservada, ensinada e vivida diariamente, alertando para o risco de banalização e esquecimento. Evocou o testemunho das gerações anteriores sobre a vida antes da revolução e sublinhou que abril está presente nos direitos e liberdades que hoje se consideram naturais. Defendeu que a democracia exige participação cívica, rejeição de discursos de ódio e vigilância permanente. Concluiu afirmando que o 25 de Abril deve continuar a ser “o dia mais bonito do ano” para todos os que valorizam a liberdade. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Fátima Pinho**, depois das saudações, felicitou o senhor Ângelo Emanuel Campelo pela intervenção sobre o 25 de Abril, lamentando que o município não tenha realizado sessão comemorativa.----------

----------Focou-se depois no estado de degradação do Tribunal Judicial de Arouca, afirmando que o problema é antigo, conhecido desde 2017 e sucessivamente ignorado. Criticou o facto de, apesar de vários anos de alinhamento político entre Governo e Município, não ter sido encontrada uma solução estrutural. Destacou o trabalho do então deputado Rui Vilar, que reuniu com responsáveis da Justiça mesmo sem apoio governativo do seu partido, defendendo que isso demonstra que quando há vontade política existe ação. Sublinhou a gravidade da recente posição dos sindicatos dos magistrados do Ministério Público, que defenderam o encerramento imediato do Tribunal devido às suas condições, considerando tratar-se de um alerta institucional muito sério. Afirmou que permitir que a situação chegasse a este ponto representa falhar com a justiça, com o território e com os arouquenses. Solicitou esclarecimentos sobre as diligências tomadas desde 2017, as reuniões realizadas com membros do Governo, os resultados obtidos e as ações desencadeadas após o alerta dos sindicatos. Concluiu afirmando que o problema não é apenas a degradação de um edifício, mas também a degradação de um serviço essencial à comunidade, considerando que houve falta de autoridade política ou incapacidade de influência junto do Governo.-- ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** depois de lhe ser dada a palavra, recordou que o tema do Tribunal de Arouca já foi discutido várias vezes na Assembleia e que o executivo — o anterior e o atual — desencadeou todas as diligências possíveis. Explicou que, após a visita da Secretária de Estado da Justiça, foi mesmo assinado um contrato inter-administrativo, permitindo ao Município colaborar no processo para agilizar as obras estruturais necessárias. Sublinhou que o Município sempre se disponibilizou para fazer parte da solução, mas reforçou que a responsabilidade pela obra e pelo financiamento pertence ao Governo. Afirmou que a autarquia tem sido persistente e que, graças a essa insistência, está atualmente em execução uma intervenção de correção de pequenas inconformidades, adjudicada a uma empresa arouquense, com prazo de 30 dias. Informou ainda que o Ministério está a preparar os procedimentos para o projeto de execução da intervenção maior, estimado em 750 mil euros, com base no levantamento técnico realizado com apoio municipal. Garantiu que existe compromisso por parte do Governo e que o executivo acompanha o processo quase semanalmente, dada a urgência de salvaguardar o edifício, os serviços prestados e o conforto dos trabalhadores. ------ Concluiu afirmando que o Município tem feito tudo o que está ao seu alcance e que qualquer apoio político adicional será importante para acelerar o processo. ----------

----------A senhora **Fátima Pinho** voltou a intervir, considerando deselegante que a senhora Presidente da Câmara sugerisse que a visita da Secretária de Estado ao Tribunal e o contrato inter-administrativo resultaram da

ação do executivo municipal. Afirmou que essa visita ocorreu porque o então deputado do PSD fez várias intervenções na Assembleia da República sobre o estado do Tribunal, levando a Secretária de Estado a comprometer-se publicamente a deslocar-se a Arouca. Por isso, criticou a senhora Presidente por não reconhecer o contributo da oposição. Questionou ainda a coerência da senhora Presidente ao afirmar repetidamente que a intervenção no Tribunal não é da sua competência, lembrando que participa em inaugurações e eventos ao lado de membros do Governo, mas declara não ter influência quando se trata de resolver problemas estruturais. Criticou esta postura e afirmou não se considerar esclarecida, anunciando que apresentará um pedido formal de informações sobre o assunto. ----------

---------- Usou da palavra o senhor **José Maria Ribeiro**, saudando todos e referiu que trazia dois assuntos, um deles já parcialmente abordado por um munícipe, e outro decorrente de uma intervenção sua na Assembleia anterior. Começou pelas estradas, recordou que há um mês apresentou um pedido formal de esclarecimentos solicitando cópia dos projetos, dos concursos e respetivos cadernos de encargos — sem ter recebido resposta. Pediu que essa informação lhe fosse enviada com brevidade e questionou o ponto de situação das intervenções, afirmando que em Serabigões não tem confirmação de avanço e que, em Cabreiros, nada foi feito até ao momento. ---- ----------

---------- Passou depois aos lotes da Rua Dr. Arnaldo Lhamas, Parque do Gondim e Avenida dos Descobrimentos, referindo que os projetos estiveram parados por falta do projeto da E-REDES. Perguntou o que falhou para que não fossem apresentados atempadamente, por que motivo as obras estiveram suspensas e se os prazos foram formalmente interrompidos, uma vez que, na prática, algumas intervenções só deverão estar concluídas muito depois do previsto. ----------

---------- Dada a palavra à senhor **Presidente da Câmara**, esta informou que as intervenções na Estrada de Serabigões e em Cabreiros já foram adjudicadas a empresas do concelho, prevendo-se o início dos trabalhos em breve, após a conclusão dos procedimentos legalmente exigidos. Relativamente aos lotes referidos, esclareceu que a sua execução tem sido condicionada por exigências técnicas e administrativas associadas ao financiamento da obra, encontrando-se, contudo, os trabalhos em curso. Reconheceu os constrangimentos causados pelas intervenções, apelando à compreensão dos munícipes e salientando os benefícios que as mesmas trarão para a mobilidade e para o espaço público. ----------

---------- Interveio o senhor **João Fernandes**, saudando todos e questionando o Executivo sobre os resultados das hastas públicas realizadas para a venda dos lotes na Quinta do Cerrado, referindo que, após duas fases de venda, continuaram a existir lotes sem adjudicação. Solicitou esclarecimentos sobre as razões que, na perspetiva do Executivo, justificam a reduzida procura. Referiu ainda que esta situação poderá refletir alguns desafios que o concelho enfrenta ao nível da fixação de jovens, nomeadamente nas áreas do emprego, da

habitação e dos serviços de apoio às famílias, manifestando preocupação com a evolução demográfica do concelho. ----- ----------

----------Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que explicou que a estratégia municipal passou por colocar todos os 26 lotes da Quinta do Cerrado à venda, dando prioridade aos jovens para promover a sua fixação no concelho. Referiu que apenas seis lotes permanecem disponíveis e que a instabilidade económica levou alguns interessados a desistir, sobretudo devido às regras exigentes do loteamento, que impõem prazos apertados para construir e impedem a venda do lote antes do cumprimento das obrigações, obrigando muitos jovens a recorrer ao crédito bancário. Afirmou que, quando o município alargar o leque de compradores, os lotes restantes serão facilmente vendidos, tal como aconteceu noutros loteamentos. Destacou que o mais relevante é que o projeto está a permitir fixar cerca de 20 casais jovens na Quinta do Cerrado, tornando-o um dos loteamentos mais jovens de Arouca. Concluiu que esta medida visa apoiar quem pretende permanecer ou regressar ao concelho, reconhecendo que existe sempre algum risco associado às regras definidas.----------

----------Pediu novamente a palavra o senhor **João Fernandes**, dizendo ter ficado com a perceção de que o preço dos lotes poderia ser superior à capacidade financeira dos jovens de Arouca e pediu confirmação desse ponto.---------- ----------

----------Tendo sido dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que essa interpretação não correspondia ao que tinha afirmado. Explicou que os jovens consideram os preços muito competitivos e inferiores aos valores de mercado, graças ao investimento municipal na infraestruturação. Indicou que a dificuldade não está no preço, mas sim nas regras exigentes do regulamento, que impõem prazos apertados para apresentação do projeto e execução da obra, o que pode criar pressão sobre quem depende de financiamento bancário. Acrescentou que estas regras são necessárias para evitar incumprimentos que, no passado, levaram ao regresso de lotes ao município.----------

----------Foi dada a palavra ao senhor **Pedro Bastos**, que começou por saudar todos e abordou dois temas principais. Em primeiro lugar, referiu-se ao aumento significativo da atividade dos Bombeiros Voluntários de Arouca, com base nos dados do primeiro trimestre de 2026: mais 6,6% de serviços, mais 8,9% de emergências pré-hospitalares, mais 14,2% de transporte de doentes e mais 52,6% de incêndios. Considerou que estes números revelam maior pressão sobre a corporação e que as intervenções municipais realizadas não constituem uma resposta estrutural, alertando para acessos degradados, falta de limpeza de caminhos florestais e riscos acrescidos no combate. ----------

----------Em segundo lugar, abordou a poluição nos rios Paiva e Arda, afirmando tratar-se de um problema recorrente, já denunciado anteriormente. Referiu que, após períodos de maior afluência ao território, voltaram a surgir sinais de poluição, e considerou que não se trata de coincidência. Alertou ainda para situações graves no

Rio Arda, incluindo denúncias de descargas clandestinas e peixes mortos, questionando a capacidade da ETAR da Ribeira. Defendeu monitorização contínua, transparência e ação concreta das entidades competentes.---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que reconheceu o aumento da carga de trabalho dos bombeiros e afirmou que o Município tem reforçado a preparação e a articulação através da proteção civil, com ações de sensibilização, gestão de faixas de combustível, recuperação de caminhos e pontos de água, e criação de uma equipa operacional de proteção civil e florestas. ---------- Sobre a poluição nos rios, referiu que o Município tem trabalhado com várias entidades no âmbito do programa *Paiva XXI* e alertado o Governo para a necessidade de executar o plano de ação aprovado. Informou que a ETAR da Ribeira já tem obra de modernização consignada no valor de cerca de 1,8 milhões de euros. Concluiu que o Município continuará atento e exigente, sem alarmismos. ---------- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Fevereiro,** Presidente da Junta de Freguesia de Chave, que depois das saudações referiu brevemente o 25 de Abril e comentou temas anteriormente abordados, como a habitação jovem e a limpeza de terrenos, defendendo que cada proprietário deve assumir as suas responsabilidades. Observou ainda que, durante a pandemia, o Covid foi frequentemente utilizado como justificação para a falta de ação. Depois elogiou a nova Unidade de Saúde de Chave, que visitou recentemente, destacando o bom funcionamento e o empenho dos profissionais. Manifestou esperança de que surjam novos avisos de financiamento que permitam concretizar a creche prevista para a freguesia. Chamou também a atenção para problemas na zona industrial, nomeadamente luminárias mal orientadas que exigem intervenção da E-REDES, e alertou para uma situação no saneamento de Escariz, numa caixa de ligação com ângulo inadequado, pedindo que seja reforçado o pedido de intervenção às Águas do Norte. ---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que agradeceu o reconhecimento relativo à Unidade de Saúde de Chave e afirmou que o projeto resultou da persistência de várias entidades e do trabalho das equipas. Explicou que a creche não avançou devido aos prazos do PRR, mas que o Município mantém esperança de nova oportunidade de financiamento. Informou que a questão da iluminação da zona industrial foi recentemente discutida com a E-REDES e que o vereador responsável analisará o problema do saneamento, articulando com as entidades competentes.---------- Interveio o senhor **Alexandre Duarte**, que depois das saudações colocou várias questões. Começou por perguntar se existem novidades sobre o concurso público internacional da Fibra Ótica, lançado em dezembro de 2023, sublinhando a importância desta infraestrutura para combater o isolamento digital e permitir o teletrabalho em territórios rurais como Arouca. Questionou depois se o Município está em condições de garantir a execução integral dos projetos financiados pelo PRR até 31 de agosto de 2026, prazo definido pela Comissão Europeia. Abordou ainda o novo Regulamento de Apoio ao Associativismo e a plataforma eletrónica associada,

perguntando se as associações tiveram dificuldades em apresentar candidaturas dentro do prazo. Por fim, solicitou informação sobre o estado de execução dos projetos vencedores do Orçamento Participativo e sobre o ponto de situação da revisão do respetivo regulamento. ----------

----------Tendo-lhe sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** respondeu não existirem desenvolvimentos recentes sobre o concurso da fibra ótica, ainda condicionado por uma providência cautelar, embora a empresa responsável pelo lote de Arouca possa iniciar alguns trabalhos. Sobre o PRR, referiu que a execução ronda os 80% e que, apesar de algumas obras mais atrasadas — sobretudo dois lotes de habitação — existe confiança de que tudo será concluído até agosto de 2026. Relativamente ao associativismo, afirmou que não houve dificuldades significativas e destacou o apoio técnico prestado às associações. Quanto ao Orçamento Participativo, explicou que alguns projetos estão em execução e outros em reformulação devido à complexidade e ao aumento dos custos, estando a revisão do regulamento já em curso, com futura consulta pública e posterior aprovação em Assembleia Municipal. ----------

----------Foi dada a palavra ao senhor **Vasco Portugal**, que depois das saudações destacou positivamente o protocolo recentemente assinado entre as freguesias de Escariz, Fermedo e São Miguel do Mato, considerando-o um bom exemplo de cooperação para resolver problemas comuns. Referiu a reunião descentralizada da Área Metropolitana do Porto, realizada em Arouca, e questionou a senhora Presidente da Câmara sobre as declarações públicas de Pedro Duarte e Luísa Salgueiro acerca da falta de coesão e da eventual necessidade de rever a composição da AMP. Perguntou qual a sua interpretação sobre estas posições e se Arouca poderia ser prejudicada.-- ----------

----------Por fim, regressou ao tema do trânsito de pesados entre Alagoas e Abelheira, recordando que anteriormente lhe tinha sido indicada uma solução, mas que agora soube que a opção em estudo seria apenas condicionar o trânsito numa das vias. Considerou esta solução insuficiente e defendeu que o corte deveria abranger ambos os sentidos. ----------

----------Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que afirmou que a diversidade da Área Metropolitana do Porto é conhecida, mas que Arouca tem sabido afirmar-se pela sua diferença e contributo. Considerou que a realização da primeira reunião descentralizada em Arouca demonstrou precisamente a capacidade de reforçar a coesão dentro da diversidade e que não vê, neste momento, motivo de preocupação quanto às declarações referidas. Sobre o trânsito de pesados, explicou que foram estudados três cenários, incluindo o corte total, mas que, após análise técnica e articulação com a GNR e a IP, se optou por testar primeiro o condicionamento numa das vias. Informou que a sinalização está em execução e será implementada em breve, garantindo que a solução será monitorizada e revista caso não assegure a segurança necessária. ----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor **Óscar Brandão**, que começou por lamentar o tom utilizado pela senhora Presidente numa intervenção anterior dirigida ao membro da AM João Fernandes, considerando-o intimidatório e apelando ao respeito institucional entre eleitos. Agradeceu depois ao membro da AM Pedro Bastos por ter trazido à Assembleia a questão da poluição no Rio Arda, sublinhando a gravidade da situação e a necessidade de informação clara e transparente por parte do Município. Assinalou ainda o mau estado de uma ponte antiga próxima do Rio Arda, pedindo intervenção urgente das entidades competentes. Referiu também ter sido surpreendido por uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Vale de Cambra, que reivindica a promoção das Pedras Parideiras como património daquele concelho, e pediu à senhora Presidente uma posição política sobre o assunto, dada a relevância do tema para Arouca.----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que começou por esclarecer que não teve intenção de desrespeitar o membro da AM João Fernandes e pediu desculpa caso a sua intervenção tenha sido interpretada dessa forma. Sobre o alerta relativo ao Rio Arda, afirmou não ter conhecimento concreto da situação descrita, mas garantiu que o vereador responsável irá verificar junto do SEPNA e da APA. Quanto à moção aprovada em Vale de Cambra, explicou que ainda não teve oportunidade de a analisar em detalhe, mas recordou que Arouca sempre defendeu, no âmbito da revisão do PDM, os limites territoriais associados às Pedras Parideiras e que essa posição se mantém. Sublinhou que a valorização do património natural é feita em conjunto pelos municípios envolvidos no Geoparque e que a questão dos limites territoriais, sendo distinta, só poderá ser retomada se ambos os municípios assim o entenderem. Acrescentou que confia plenamente que Arouca e Vale de Cambra saberão preservar o património comum, evitando que temas como as Pedras Parideiras sejam usados em disputas partidárias e mantendo o foco na sua valorização. Recordou que o processo de classificação do Monumento Natural Local do Granito Nodular da Castanheira, iniciado em 2021 e aprovado pela Assembleia Municipal, reafirma que a Castanheira e a Aldeia da Ribeira pertencem inequivocamente ao território de Arouca. Referiu que é necessário analisar com rigor o conteúdo da moção aprovada em Vale de Cambra para compreender a sua intenção e que, caso a Assembleia de Arouca o entenda, poderá igualmente tomar posição. Concluiu afirmando que assumirá a posição institucional adequada no momento oportuno, garantindo que Arouca manterá a defesa dos seus limites e do seu património. ----------

---------- Solicitou novamente intervenção o senhor **Óscar Brandão** informando que o ambientalista Alcémio, da Associação Urtiarda, denunciou nas redes sociais a existência de dezenas de peixes mortos no Rio Arda, em Rossas, situação que apontava para uma nova descarga clandestina. Referiu que poderiam existir outros pontos afetados, nomeadamente na zona de Várzea ou da Ribeira, e lamentou profundamente o impacto ambiental e simbólico deste episódio num rio com forte ligação à comunidade local. Passou depois à questão de Vale de Cambra, afirmando esperar da senhora Presidente uma posição mais firme e clara, necessária para os autarcas

de Arouca. Solicitou que fossem partilhados formalmente os elementos mencionados anteriormente e pediu um compromisso real por parte do Executivo Municipal, concluindo com agradecimentos. ----------

----------Foi dada novamente a palavra à senhora **Presidente da Câmara** e esta afirmou que não tinha conhecimento prévio da situação ocorrida no Rio Arda, considerou tratar-se de um assunto sério que deve ser analisado pelos serviços municipais e verificado no terreno pelo Vereador António Carlos Duarte. Referiu que o caso será devidamente avaliado para determinar a sua dimensão e impacto. Quanto à questão relacionada com Vale de Cambra, reiterou que o Município de Arouca tomará posição no momento adequado, sublinhando que nada impede a Assembleia Municipal de assumir a posição que entender pertinente.----------

----------Interveio o senhor **Pedro Sousa** que após as saudações associou-se às palavras proferidas sobre o 25 de abril, sublinhando a importância de transmitir às novas gerações o valor desta data. Felicitou o Executivo pela organização do Freita Mythic Rally Stage, destacando os elogios recebidos, a grande afluência de público e o comportamento cívico dos participantes. Referiu a renovação da Bandeira de Mérito Social atribuída ao Município, valorizando o projeto Saúde em Movimento e o protocolo com os Bombeiros Voluntários de Arouca. Assinalou igualmente a revalidação do estatuto de Arouca Geoparque Mundial da UNESCO, salientando o impacto positivo no turismo e no desenvolvimento do território. Comentou ainda moções aprovadas em Vale de Cambra relativas às Pedras Parideiras e à criação de um passadiço na Mizarela, bem como os 20 anos do Paiva Fest e o concurso de Saltos Internacional do Centro Hípico das Quintãs. Por fim, colocou três questões ao Executivo: os resultados da reunião com o Município de Castelo de Paiva sobre requalificação de vias; esclarecimentos sobre o conceito e impacto do Hospital de Proximidade; e que benefícios poderão resultar para Arouca do orçamento aprovado no Conselho Metropolitano do Porto, nomeadamente nas áreas da mobilidade, habitação e segurança.----------

----------Após dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta informou que se realizou uma reunião entre os Municípios de Arouca e Castelo de Paiva, da qual resultou consenso sobre três assuntos principais: a ponte de Balaído, cuja obra será conduzida por Castelo de Paiva, com participação financeira de Arouca através de protocolo; a reparação da estrada na freguesia de Canelas e Espiunca, afetada por intempéries, cuja intervenção superficial já foi executada e cuja repavimentação integral seguirá para concurso na próxima reunião de Câmara; e a necessidade de clarificar algumas divergências territoriais, processo que será desenvolvido posteriormente, dada a sua complexidade. ----------

----------Relativamente à Área Metropolitana do Porto, explicou que os 17 municípios têm vindo a reforçar a cooperação, sobretudo em matérias como mobilidade, ambiente e gestão de fundos comunitários, áreas que exigem estudos técnicos e equipas especializadas, estando estas prioridades refletidas no documento estratégico aprovado. Esclareceu ainda o funcionamento do Hospital de Proximidade, projeto implementado há cerca de três

meses, que permite realizar em Arouca exames e análises pré-operatórias — como eletrocardiogramas e análises clínicas — evitando deslocações ao Hospital de Santa Maria da Feira, reduzindo custos e perda de dias de trabalho. Indicou que o serviço está a ser monitorizado em articulação com a ULS, que incluirá também utentes de Castelo de Paiva, aguardando-se relatório para eventual reforço ou ajustamento do modelo. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.----------

---------- Seguidamente, foi apresentado um voto de louvor ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alvarenga, por ocasião das comemorações dos seus 50 anos de existência, destacando-se o percurso de cinco décadas de recolha, preservação e divulgação das tradições, modas e danças de Alvarenga, bem como o papel do rancho como embaixador cultural do concelho no país e no estrangeiro. A proposta, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexa, foi subscrita por todas as bancadas. --------

---------- Não havendo pedidos de intervenção, o voto de louvor foi colocado à votação, por braço no ar, sendo aprovado por unanimidade. ----------

---------- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

---------- 3.1 – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que apresentou o documento, destacando que o Município alcançou um resultado líquido positivo superior a 1,8 milhões de euros, uma autonomia financeira de 94% e uma execução orçamental elevada, com receitas de 31,7 milhões e despesas de 30,2 milhões. Sublinhou o crescimento expressivo do investimento municipal, que passou de 6,4 milhões em 2024 para 10,1 milhões em 2025, representando um aumento de 58%. Referiu que o Município ocupa o 7.º lugar nacional entre os municípios de média dimensão e que não possui pagamentos em atraso. Referiu que o maior investimento foi realizado na área da saúde, com 7,5 milhões de euros, destacando o Parque de Saúde, a Quinta Social Inclusiva e a Extensão de Saúde de Chave. Referiu ainda investimentos significativos em pavimentações, infraestruturas básicas, equipamentos culturais e desportivos, habitação, ação social, juventude, educação e projetos de saúde mental. Assinalou também o impacto positivo do turismo, apesar do incêndio de 2025, e o crescimento da recolha seletiva, da prevenção de incêndios e dos projetos de digitalização e apoio ao comércio local.----------

---------- Concluiu afirmando que as contas refletem uma gestão responsável, financeiramente equilibrada, com forte capacidade de captação de fundos e com investimentos que chegam a todo o concelho, reforçando o compromisso do Executivo com o desenvolvimento e o bem-estar dos arouquenses.----------

---------- Solicitou intervenção o senhor **Óscar Brandão** afirmando que, apesar de tecnicamente corretas, as contas de 2025 revelam, no entendimento do PSD, uma fraca capacidade de execução, com grande distância entre o que é anunciado e o que é concretizado. Criticou a baixa execução da despesa face às dotações

corrigidas, o peso elevado da despesa corrente e a falta de investimento estruturante em áreas essenciais ao desenvolvimento do concelho. Considerou ainda que existe dependência excessiva de fundos externos e falta de critérios claros na distribuição de verbas pelas freguesias. Anunciou que o PSD se absterá na votação. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta respondeu que a despesa corrente corresponde ao funcionamento dos serviços essenciais e ao apoio direto às populações, não podendo ser reduzida sem comprometer a qualidade dos serviços públicos. Defendeu que o Município gere com rigor, tem forte capacidade de captação de financiamento e que 2025 foi o ano com maior volume de investimento. Sublinhou que os números demonstram solidez financeira e execução responsável. ----------

----------Solicita novamente intervenção o senhor **Óscar Brandão** reiterando que o PSD conhece bem o significado da despesa corrente, mas considera que o problema está na relação entre esta e o investimento, que entende ser insuficiente. Concordou com a necessidade de rever a Lei das Finanças Locais, mas sublinhou que, dentro do quadro legal existente, o Executivo deveria ter concretizado obras estruturantes de que o concelho ainda carece, algumas há décadas. Manteve a crítica à falta de investimento transformador. ----------

----------Em resposta e após lhe ter sido dada a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** acrescentou que o Município gasta menos em despesa corrente do que aquilo que arrecada em receita corrente, o que demonstra equilíbrio e boa gestão. Referiu ainda que 18% da despesa corrente é canalizada para investimento, permitindo ao Município gerar poupança interna que reforça a capacidade de financiar obras e projetos estruturantes. Sublinhou que esta gestão permite "agregar valor" e aumentar o investimento sem comprometer os serviços essenciais prestados à população. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** criticando o formato da apresentação da senhora Presidente, afirmando que incluía valores e imagens que poderiam confundir os cidadãos, nomeadamente por apresentarem obras que não são da competência municipal, dando a impressão de um orçamento superior ao real. Reforçou que o PSD mantém coerência com o voto contra do orçamento e que, apesar dos indicadores financeiros positivos, governar exige contas completas, executadas e orientadas para resolver problemas concretos. Assinalou a opinião com reservas do Revisor Oficial de Contas devido ao cadastro incompleto do património e apontou a baixa execução da despesa (cerca de 62%), que, no seu entender, revela atrasos, projetos não concretizados e dependência excessiva de financiamento externo. Questionou ainda o pagamento de rendas em ativos estruturantes, como terrenos dos Passadiços do Paiva, os custos dos transportes e o recurso frequente a estudos e projetos externos, sugerindo possível subaproveitamento dos meios internos. Concluiu que, apesar da estabilidade financeira, persistem fragilidades na execução, organização e estratégia, justificando a posição crítica do PSD. ------- ----------

---------- Usou da palavra a senhora **Presidente da Câmara** para esclarecer que o cadastro do património está a ser desenvolvido, mas é um processo complexo que exige registos no BUPi, levantamento topográfico e apoio externo, razão pela qual não está mais avançado. Sobre as rendas, explicou que resultam da existência de serviços descentralizados e recordou que já foi realizada uma expropriação nos Passadiços do Paiva, sendo decisões que devem ser avaliadas caso a caso. Quanto aos transportes, afirmou que o valor referido diz apenas respeito aos transportes escolares e que o município está a trabalhar com a Empresa Metropolitana de Transportes para criar soluções de mobilidade ajustadas ao território. Relativamente aos estudos e projetos externos, justificou que muitos têm elevada complexidade técnica e especialidades que não existem internamente, defendendo que recorrer a especialistas garante rigor e qualidade, reforçando o trabalho das equipas municipais. ---------- Volta a solicitar intervenção o senhor **Pedro Bastos** afirmando que não pretende desvalorizar as equipas municipais, mas considera que alguns projetos poderiam ser desenvolvidos internamente, evitando custos externos. Reforçou que a crítica é construtiva e visa melhorar a eficiência. ----------
---------- É dada novamente a palavra à senhora **Presidente da Câmara** reiterando que os projetos têm prazos, exigências técnicas e especialidades que justificam a contratação externa quando necessário, e que cada decisão é tomada com base no interesse do município. ----------
---------- Interveio o senhor **Vasco Portugal** reconhecendo que o município apresenta uma execução equilibrada e prudente, o que deve ser assinalado. Contudo, considerou que o investimento em áreas estruturantes, embora existente, é insuficiente para as necessidades do concelho. Alertou para a forte dependência de financiamento externo, nomeadamente do Orçamento de Estado e fundos comunitários, o que limita a autonomia financeira e condiciona o planeamento. Assinalou também a execução abaixo do previsto nas receitas e despesas de capital, associada a atrasos em investimentos cofinanciados, o que compromete a eficácia do investimento público. Destacou a opinião com reservas do Revisor Oficial de Contas devido ao cadastro incompleto do património, sublinhando que esta situação se repete há vários anos e que outros municípios já resolveram este problema. Perguntou qual a razão concreta para a demora na conclusão do processo. ----------
---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta reiterou que o cadastro é complexo, envolve propriedades com limites pouco claros e exige apoio externo especializado, incluindo topografia, mas garantiu que o processo continuará com reforço de meios. ----------
---------- Interveio o senhor **José Luís Fevereiro,** Presidente da Junta de Freguesia de Chave, afirmando que a prestação de contas reflete opções políticas e que o debate deve centrar-se nessas opções, e não em aspetos técnicos já aprovados no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Defendeu que a discussão deve incidir sobre prioridades e visão estratégica. ----------

----------Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** criticando a oposição por repetir argumentos idênticos aos dos anos anteriores, sem evolução face à realidade atual. Defendeu que os resultados do município contradizem a narrativa de falta de estratégia: ausência de dívidas em atraso, eficiência financeira reconhecida, forte captação de fundos e investimento crescente. Afirmou que a crítica à despesa corrente ignora que esta inclui serviços essenciais — educação, ação social, manutenção de infraestruturas — e que reduzir esta despesa seria prejudicar a população. Defendeu que a capacidade de captar financiamento externo é um indicador de competência e não de fragilidade. Considerou injusta a ideia de que "não há obra feita", lembrando que muitos projetos têm execução plurianual e impacto real na vida das pessoas. Concluiu que o Executivo governa com responsabilidade, equilíbrio financeiro e foco nas pessoas, enquanto a oposição insiste em narrativas repetidas.

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão** criticando o discurso de Ângelo Emanuel Campelo, afirmando que o PSD apresentou argumentos diferentes dos anos anteriores e que a realidade atual exige respostas diferentes. Reiterou que o problema central é a incapacidade do Executivo em transformar despesa corrente em investimento estruturante que modernize o concelho e responda às necessidades reais. ----------

----------Solicitou novamente a palavra o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** explicando que preparou dois discursos porque previa o teor das críticas, baseando-se na leitura das atas dos anos anteriores. Reforçou que a oposição repete argumentos e que os números demonstram o contrário, convidando a comparar as intervenções ao longo dos anos.----------

----------Não se registando mais intervenções, o senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação, por braço no ar, o documento de Prestação de Contas, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, registando-se 5 (cinco) votos contra, 11 (onze) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.----------

----------3.2 – REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE: ----------

----------Solicitou intervenção o senhor **José Maria Ribeiro**, que após lhe ter sido concedida, começou por destacar que o diagnóstico demográfico apresentado pelo próprio município evidencia um problema estrutural: perda de dinâmica populacional, queda da natalidade, diminuição da fecundidade e agravamento do crescimento natural negativo. Considerou que este cenário demonstra que as políticas desenvolvidas até agora não foram suficientes para contrariar a desertificação e o envelhecimento do território. Assinalou que o regulamento de apoio à natalidade já tinha sido anunciado publicamente em 2022 e novamente em 2025, antes de ser apreciado pela Assembleia Municipal, o que, no seu entender, levanta questões de respeito institucional. Sublinhou que, embora o apoio possa ser útil, tem um alcance limitado face à profundidade do problema e levanta dúvidas práticas, nomeadamente por estar condicionado ao comércio local. Defendeu que o incentivo não substitui políticas estruturais de habitação, mobilidade, emprego qualificado e serviços de proximidade, essenciais para fixar população jovem. ----------

---------- Em resposta e após lhe ter sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que o regulamento resulta de documentos estratégicos já aprovados e integra uma estratégia mais ampla de fixação de população jovem. Reconheceu que o problema é nacional, mas sublinhou que o município tem desenvolvido políticas integradas em áreas como habitação, emprego, saúde, educação e apoio social. Explicou que o incentivo é progressivo (400€, 500€ e 600€) e inclui medidas complementares como apoio à procriação medicamente assistida, programas educativos e iniciativas comunitárias. Defendeu que o regulamento reforça o comércio local e representa um compromisso claro com o futuro demográfico do concelho. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **José Maria Ribeiro** para solicitar esclarecimento sobre o valor previsto no orçamento municipal para financiar o regulamento de apoio à natalidade, considerando importante conhecer o impacto financeiro da medida no exercício em curso. ----------

---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** informou que o valor previsto para esta medida está inscrito no orçamento de 2026, rondando os 100 mil euros, conforme aprovado no plano de atividades. ------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** afirmando que o regulamento surge tarde, uma vez que a oposição já tinha defendido medidas deste tipo em anos anteriores. Considerou que o incentivo é positivo, mas insuficiente face ao desafio demográfico. Questionou se os valores propostos têm impacto real nas decisões de natalidade e sugeriu aumentos, apoios plurianuais, diferenciação por rendimentos e majorações para famílias numerosas. Criticou a exigência de dois anos de residência, por excluir potenciais novos residentes. Questionou ainda a obrigatoriedade de compras no comércio local, por limitar escolhas e criar dificuldades a famílias com menor capacidade financeira. Propôs alargar o prazo de candidatura, incluir apoios a crianças com necessidades especiais e prever mecanismos de avaliação do regulamento. Apesar das críticas, anunciou voto favorável. ------

---------- Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara**, agradeceu as sugestões e esclareceu que o regulamento resulta de consulta pública, estando fundamentadas as propostas aceites e rejeitadas. Recordou que os regulamentos são dinâmicos e podem ser ajustados após a sua aplicação, comprometendo-se a avaliar necessidades futuras de alteração. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos** reforçando que a sua intervenção pretende contribuir para melhorar o regulamento e que as sugestões apresentadas visam torná-lo mais eficaz e socialmente justo. --------

---------- Interveio o senhor **Pedro Sousa** afirmando que o regulamento não deve ser entendido como incentivo direto à natalidade, mas como apoio às famílias. Considerou que nenhum regulamento, por si só, determina decisões de ter filhos, lembrando que mesmo países com políticas muito robustas enfrentam quedas na natalidade. Defendeu que o importante é sinalizar apoio às famílias e reforçar políticas estruturais como creches, educação, habitação e emprego. Considerou adequado o incentivo ao comércio local e entendeu que o

prazo de seis meses para candidatura é razoável. Sugeriu corrigir a redação relativa a adoções e questionou se o apoio municipal é acumulável com os apoios das juntas de freguesia. ----------

----------Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara** confirmou que o prazo deve contemplar também a adoção e que o apoio municipal é acumulável com os apoios atribuídos pelas juntas de freguesia. ----------

----------Interveio o senhor **José Luís Fevereiro,** Presidente da Junta de Freguesia de Chave, informando que a Junta de Freguesia de Chave já possui um regulamento próprio de apoio à natalidade. Considerou que, na sua opinião, não deve haver acumulação automática entre o apoio municipal e os apoios já atribuídos pelas juntas de freguesia, defendendo que tal poderia gerar duplicações e desigualdades. Sugeriu que, durante um período transitório, as juntas possam recolher pedidos e articulá-los com o município, garantindo uma aplicação coordenada e equilibrada das medidas. ----------

----------Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que a proposta será analisada, sublinhando que a articulação entre município e juntas de freguesia deve respeitar as regras de proteção de dados e as competências próprias de cada entidade.----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** colocou o documento à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, registando-se 1 (uma) abstenção. ----------

----------3.3 – CARTA SOCIAL DE AROUCA: ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Pinho** reconhecendo que a Carta Social é tecnicamente consistente, exigente e bem estruturada, mas sublinhou que, quanto melhor é o diagnóstico, maior deve ser a exigência política. Destacou que o documento confirma um problema demográfico estrutural, com perda de população, envelhecimento acentuado e crescente pressão sobre as respostas sociais. Referiu ainda fragilidades no plano social, familiar e de saúde mental, bem como aumento de situações de violência doméstica e de acompanhamento de crianças e jovens em risco. Afirmou que, apesar de existir diagnóstico e mapeamento, não se verifica um salto qualitativo nas respostas, concluindo que as políticas públicas não têm sido suficientes para inverter estas tendências. Considerou que a Carta corre o risco de ser um documento tecnicamente competente, mas politicamente pouco consequente, caso não haja compromisso claro com a sua execução. Colocou questões diretas ao executivo: que medidas terão execução já em 2026? Que investimento municipal está associado a cada prioridade? Que metas e calendários estão definidos? Que mecanismos de monitorização serão disponibilizados à Assembleia? ----------

----------Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que a área social é uma prioridade do município e que a Carta Social é um instrumento de planeamento rigoroso, elaborado por equipa externa e construído de forma participada com IPSS e outras entidades da Rede Social. Explicou que o documento confirma a realidade sentida no terreno e dá suporte às respostas já em desenvolvimento, nomeadamente no

envelhecimento ativo, saúde mental, combate ao isolamento, apoio às famílias, inclusão de pessoas com deficiência e prevenção da violência doméstica. Referiu que vários projetos já estão em curso, como o plano gerontológico, iniciativas de envelhecimento ativo, reforço das equipas técnicas, projetos inclusivos e investimentos em equipamentos sociais. Sublinhou que a Carta define prioridades claras para 2026-2030 e que o município continuará a captar financiamento e a reforçar a despesa corrente sempre que necessário para garantir serviços essenciais. Afirmou ainda que o documento inclui metas e mecanismos de monitorização, que serão acompanhados anualmente pela Assembleia. ----------

---------- Voltou a intervir a senhora **Fátima Pinho** reconhecendo a qualidade técnica da Carta e concordou com a importância dos mecanismos de monitorização, mas reiterou que não obteve resposta quanto ao investimento municipal direto. Solicitou esclarecimento sobre a percentagem de recursos próprios que o município está disponível para afetar à concretização das medidas previstas, sublinhando que o concelho apresenta um dos cenários mais exigentes entre os municípios abrangidos pela Carta Social. ----------

---------- Em resposta, e após lhe ter sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que a Carta identifica ações da responsabilidade das IPSS e ações da responsabilidade do município, muitas das quais já se encontram em execução. Afirmou que o compromisso político é claro: o município continuará a concretizar as medidas previstas, recorrendo a financiamento comunitário sempre que possível, mas garantindo igualmente investimento municipal através da despesa corrente, sempre que necessário para assegurar serviços à comunidade.----------

---------- O senhor **Pedro Bastos**, que se tinha inscrito para intervir, declarou que as questões que pretendia colocar já tinham sido abordadas e respondidas nas intervenções anteriores, prescindindo assim da sua intervenção. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** colocou o documento à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

---------- Neste momento ausentou-se o senhor Luís Carlos Pereira. ----------

---------- **3.4 – CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Mesa dá a palavra à senhora **1ª secretária, Regina Fontes** que dá a conhecer as pessoas indicadas por cada partido para representar o Conselho Municipal de Juventude que são: PS: Alexandre Duarte; CHEGA: Carlos Pereira; CDS/PP: Pedro Bastos; PSD: Fátima Pinho; PPM: Luís Carlos Almeida; IL: Vasco Portugal. ----------

---------- Neste momento ausentou-se o senhor Presidente da União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra.----------

----------3.5 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS: ----------

----------O senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra à senhora **1.ª Secretária, Regina Fontes** a qual procedeu à apresentação da proposta, devidamente subscrita por todas as forças políticas representadas, relativa à designação do representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação, a qual indica o senhor José Albino Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Escariz. ----------

----------Posta à votação, por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada com 29 votos a favor ,1 voto contra, 3 votos brancos e 1 voto nulo. ----------

----------3.6 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR – CONHECIMENTO: ----------

----------Neste ponto solicitou intervenção o senhor **Pedro Bastos**, que após lhe ter sido concedida, registou os indicadores positivos constantes do relatório de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, que evidenciam níveis elevados de implementação e eficácia das medidas previstas. Contudo, colocou três questões essenciais: a inexistência de um mecanismo de validação externa ou independente; o facto de a norma de controlo interno não ser revista desde o ano de dois mil e treze, apesar das alterações legais e organizacionais entretanto ocorridas; e a ausência de exemplos concretos de riscos identificados e das medidas aplicadas, que, no seu entender, seriam fundamentais para reforçar a transparência e o controlo efetivo. Referiu ainda que, quando se cruza este relatório com a prestação de contas, surgem incoerências: apesar dos indicadores positivos do sistema de controlo interno, persistem fragilidades na execução orçamental, como uma taxa de execução na ordem dos sessenta e dois por cento, atrasos em investimentos e desvios entre previsão e execução. Considerou contraditório apresentar um sistema de controlo eficaz quando o cadastro do património municipal permanece incompleto. Questionou até que ponto a avaliação interna reflete uma visão crítica e atualizada, defendendo que um sistema não revisto desde dois mil e treze dificilmente responde às exigências atuais. Concluiu afirmando que esta falta de alinhamento entre o que está formalmente descrito e o que se verifica na prática reforça as dúvidas já manifestadas relativamente à prestação de contas. ----------

----------Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o relatório apresentado à Assembleia tem natureza obrigatória e visa exclusivamente dar conhecimento da definição, implementação e monitorização das medidas previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Sublinhou que este documento não se relaciona com taxas de execução orçamental, investimentos, cadastro patrimonial ou outros indicadores financeiros, mas apenas com a identificação de riscos e com as medidas adotadas pelos serviços para os prevenir. Referiu que cada serviço municipal é responsável por implementar, acompanhar e avaliar as medidas que considera adequadas em função dos riscos identificados, sendo esse o

âmbito específico do relatório. Reforçou, por isso, que o documento não deve ser confundido com instrumentos de planeamento financeiro ou de execução orçamental, uma vez que se destina exclusivamente ao controlo e prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. ----------

---------- **3.7 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONHECIMENTO:----------**

---------- Neste ponto solicitou intervenção o senhor **Óscar Brandão,** que após lhe ter sido concedida, reconheceu que a informação económica e financeira apresentada evidencia indicadores positivos, nomeadamente ao nível da autonomia financeira, da liquidez, do fundo de maneio e do resultado líquido. Contudo, sublinhou que a questão essencial não é apenas a existência de margem financeira, mas sim a capacidade de a transformar em investimento efetivo e desenvolvimento para o concelho. Referiu que, apesar da estabilidade demonstrada, persistem fragilidades, destacando dificuldades em converter as condições financeiras existentes em resultados concretos no território. Considerou que o equilíbrio financeiro, embora importante, não é suficiente, defendendo que a liquidez deve traduzir-se em respostas para todo o concelho, numa lógica de coesão territorial. Exemplificou com a ausência de avanços na construção da sala de espetáculos, tema recorrente em vários mandatos. Assinalou ainda a diminuição do resultado líquido face ao ano anterior, o aumento dos custos operacionais e dos gastos com pessoal, bem como o peso significativo das transferências e o aumento do passivo, aspetos que, no seu entender, exigem acompanhamento atento. Concluiu afirmando que o município dispõe de margem financeira, mas falta capacidade política para a transformar em investimento real, respostas nas freguesias e medidas que contribuam para fixar população, reforçando que o PSD reconhece os indicadores positivos, mas não ignora as insuficiências na execução e no investimento. ----------

---------- Tendo a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o documento em apreciação tem carácter meramente informativo. Acrescentou que a afirmação de falta de investimento não corresponde à realidade, uma vez que o resultado líquido ser inferior ao do ano anterior se deve precisamente ao aumento do investimento realizado. Considerou, por isso, que a leitura apresentada pelo senhor Óscar Brandão não reflete a dinâmica efetiva do território.----------

---------- Neste momento ausentou-se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eulália. ----------

---------- 3.8 – REGIMENTO – ALTERAÇÃO E APROVAÇÃO:----------

---------- Neste ponto interveio o senhor **Pedro Bastos** afirmando que a proposta de alteração ao regimento, embora não reduza tempos no papel, reduz na prática a liberdade de intervenção dos deputados municipais. Defendeu que a limitação da cedência de tempos — agora permitida apenas uma vez e com limites rígidos — elimina a flexibilidade que sempre permitiu aprofundar matérias relevantes, dar voz a quem estivesse mais preparado e garantir um debate político de qualidade. Considerou que o novo modelo transforma uma dinâmica

política flexível numa lógica excessivamente administrativa, empobrecendo o debate democrático. Assinalou ainda que várias propostas apresentadas por deputados, incluindo as suas, não foram acolhidas nem discutidas, o que levanta dúvidas sobre a verdadeira intenção da revisão: melhorar o funcionamento da Assembleia ou controlar o seu debate. Concluiu afirmando, que uma Assembleia mais organizada não pode ser uma Assembleia mais limitada e que restringir a capacidade de intervenção enfraquece não apenas a oposição, mas a própria democracia local. ----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** usou da palavra para esclarecer que o processo de revisão do regimento decorreu após pedido para apresentação de propostas, tendo algumas sido consideradas e outras rejeitadas por excederem o âmbito adequado do documento. Recordou que a questão da intervenção dos munícipes já tinha sido discutida em legislaturas anteriores e que, caso algum deputado pretenda alterar novamente essa matéria, poderá apresentar proposta para votação. Relativamente à cedência de tempos, afirmou que a distribuição deve respeitar a proporcionalidade democrática: quem tem mais votos e mais deputados deve ter mais tempo de intervenção. Considerou que permitir cedências ilimitadas poderia distorcer essa proporcionalidade, permitindo que um deputado com poucos minutos regimentais acumulasse tempos de várias bancadas e falasse muito para além do previsto. Defendeu que o modelo adotado garante equidade e é semelhante ao praticado na Assembleia da República. Acrescentou que o regimento continua aberto à apresentação de propostas e ajustamentos. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa solicita a intervenção da primeira secretária, senhora **Regina Fontes** que esclareceu que os tempos atribuídos às bancadas resultam exclusivamente da proporcionalidade do número de deputados eleitos. Indicou que, no regimento anterior, o PSD e o PS tinham mais tempo porque tinham mais elementos, mas que, com a atual composição mais fragmentada da Assembleia — incluindo novos grupos e partidos —, foi necessário redistribuir os tempos de forma equitativa. Explicou que cada deputado tem direito ao mesmo tempo individual e que o total atribuído a cada bancada resulta da soma desse tempo pelos seus membros. Exemplificou que o Partido Socialista perdeu tempo porque perdeu deputados, enquanto o CDS manteve ou aumentou o seu tempo por ter aumentado a sua representação. Sublinhou que a revisão do regimento teve como objetivo ajustar os tempos à nova realidade da Assembleia, garantindo igualdade de critérios para todos os grupos. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Pedro Bastos** esclarecendo que a sua intervenção anterior não se referia aos tempos atribuídos a cada bancada, mas sim à limitação imposta às cedências de tempo entre partidos. Recordou que, até agora, essa prática permitia que diferentes bancadas cedessem tempo umas às outras, de forma equilibrada e em função da relevância dos temas, como aconteceu na própria reunião. Considerou que as

novas regras restringem essa possibilidade e que essa limitação representa, no seu entender, um retrocesso democrático, por reduzir a flexibilidade e a capacidade de aprofundar o debate político. ----------

---------- Interveio o senhor **José Luís Fevereiro,** Presidente da Junta de Freguesia de Chave referindo que, no âmbito da revisão do regimento, a única questão que considera verdadeiramente relevante e que, no seu entender, deveria ser ponderada, diz respeito à gravação e transmissão das sessões da Assembleia Municipal. Defendeu que as reuniões deveriam ser gravadas, transmitidas e não apagadas, permitindo o seu visionamento posterior, à semelhança do que acontece com as sessões parlamentares transmitidas nos canais institucionais. Considerou que a proteção de dados não deve ser um impedimento, uma vez que esse princípio não inviabiliza a transmissão de outras assembleias públicas. ----------

---------- Em resposta, a senhora **Primeira Secretária, Regina Fontes**, esclareceu que a questão da gravação e transmissão das sessões foi analisada com o encarregado pela proteção de dados, que participou na reunião sobre o tema e enviou posteriormente um parecer. Nesse parecer, alertou para limitações legais relacionadas com a proteção de dados, indicando que a divulgação pública das gravações poderia ultrapassar o enquadramento permitido. Sublinhou que estas restrições decorrem de orientações técnicas e não de decisões políticas da Mesa. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão** lamentando que a revisão do regimento não tenha sido trabalhada num grupo com representação de todos os partidos e assinalou que a versão agora apresentada difere significativamente da anterior, sem explicação clara para essas alterações. Defendeu que nunca estaria em causa ultrapassar o tempo total de cada ponto e que, por isso, os argumentos usados para limitar a cedência de tempos não se justificam. Explicou que a proposta do PSD e da Iniciativa Liberal — colocar a intervenção do público no final — seguia o modelo da maioria das Assembleias Municipais e visava reforçar o equilíbrio institucional, a transparência e o papel dos deputados municipais. Considerou incoerente que a Câmara não adote o mesmo critério e defendeu que a intervenção do público no final permitiria um debate mais informado. Concluiu que se perdeu a oportunidade de construir um regimento mais consensual e que este não deve ser um instrumento da maioria. Por estas razões, anunciou que o PSD votará contra. ----------

---------- Em resposta o senhor **Presidente da Mesa** afirmou que a intervenção do público deve manter-se no início da sessão, pois, se fosse colocada no final, muitos munícipes não permaneceriam até ao fim dos trabalhos. Acrescentou que, intervindo no início, os deputados podem ainda responder às questões colocadas. Recordou que, no passado, existiram sessões demasiado longas e sem limites, situação que já não se verifica, sendo necessário garantir ordem, equidade e respeito pelas maiorias democraticamente eleitas. Esclareceu que o regimento não é um instrumento pessoal nem da Mesa, reforçou que qualquer proposta de alteração pode ser apresentada e votada democraticamente. ----------

----------Voltou a intervir a senhora **Primeira Secretária, Regina Fontes,** esclarecendo que a transmissão das sessões é legal se for disponibilizada no site da Câmara Municipal, conforme indicado pelo encarregado pela proteção de dados. Explicou que, segundo o parecer recebido, as gravações podem ser publicadas apenas por um período limitado, devendo depois ser retiradas, não podendo permanecer online indefinidamente. Informou que a Mesa aguardou esse parecer para clarificar a questão. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** afirmando que já tinha apresentado por escrito as suas sugestões ao regimento, não fazendo sentido repeti-las oralmente. Criticou a decisão de retirar as gravações das sessões imediatamente após a reunião, considerando que tal revela falta de abertura e que, não estando definido um prazo concreto no parecer do encarregado pela proteção de dados, o vídeo deveria permanecer disponível pelo menos durante uma semana, permitindo o acompanhamento público. Defendeu que a intervenção dos munícipes poderia ocorrer ao final da tarde, com interrupção temporária da sessão, como acontece noutros órgãos, o que facilitaria a participação. Manifestou ainda estranheza quanto ao argumento de que a divulgação das gravações constitui risco por se tratar de "rede social", observando que a própria Câmara publica imagens de cidadãos, incluindo menores, em diversos contextos. Considerou que a limitação imediata do acesso às gravações reduz a transparência e dificulta o acompanhamento por parte dos munícipes. ----------

----------Em resposta, o senhor **Presidente da Mesa** esclareceu que o parecer do encarregado pela proteção de dados recomenda que as gravações das sessões permaneçam online apenas pelo "menor tempo possível". A Mesa seguiu essa orientação, mas afirmou que, se a Assembleia entender que o vídeo deve ficar disponível durante mais tempo — por exemplo, uma semana — pode deliberar nesse sentido, assumindo essa responsabilidade. Sublinhou que a proposta apresentada reflete apenas o cumprimento do parecer técnico e que qualquer alteração depende da vontade da Assembleia. ----------

----------Interveio o senhor **Luís Almeida** explicando que não apresentou propostas ao regimento porque as que pretendia apresentar diziam respeito ao funcionamento administrativo da Assembleia, nomeadamente à gestão e disponibilização de documentos. Defendeu que deveria existir uma plataforma própria, independente da Câmara Municipal, onde toda a documentação fosse disponibilizada de forma organizada e acessível a deputados e cidadãos, evitando o envio repetido de ficheiros por correio eletrónico. Considerou que tal solução reforçaria a transparência e facilitaria o acesso à informação. Criticou a proposta de regimento por, no seu entender, limitar o debate, restringir a democracia e dificultar o escrutínio público. Defendeu que a informação deve ser acessível a todos os cidadãos e que a democracia não se deve exercer apenas simbolicamente, mas de forma contínua. Concluiu anunciando que votará contra o regimento. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Óscar Brandão** esclarecendo que a proposta do PSD relativa ao período de intervenção do público já tinha sido retirada e comunicada previamente ao Presidente da Mesa, pelo

que a sua discussão não se justifica. Indicou que a sua intervenção visou apenas explicar os fundamentos da proposta inicialmente apresentada. Acrescentou que não faz sentido solicitar novamente propostas quando estas já tinham sido entregues. ----------

---------- Usou da palavra o senhor **Presidente da Mesa** esclarecendo que, na reunião anterior, apenas o PSD e a Iniciativa Liberal apresentaram propostas ao regimento. Indicou que a Mesa optou por manter o regimento anterior, atualizando apenas os tempos de intervenção, agora definidos de forma proporcional e garantindo um tempo mínimo para todos os deputados. Relativamente às gravações, afirmou que a proposta segue o parecer do encarregado pela proteção de dados, que recomenda mantê-las online pelo menor tempo possível. Acrescentou que, se a Assembleia quiser definir um prazo maior — como uma semana — pode apresentar essa proposta e, se aprovada, ficará vinculada a todos. ----------

---------- Interveio o senhor **Ângelo Emanuel Campelo** afirmando que a Assembleia não deve deliberar sobre o prazo de disponibilização das gravações sem conhecer o parecer do encarregado pela proteção de dados. Referiu que desconhece o teor do e-mail e que só após a sua leitura poderá pronunciar-se sobre a duração adequada da publicação dos vídeos.----------

---------- Toma a palavra a senhora **Primeira Secretária Regina Fontes** dando conhecimento do e-mail do Encarregado pela Proteção de Dados, que esclarece que a transmissão em direto e a disponibilização posterior do áudio são tratamentos distintos. O mesmo recomenda que eventuais registos de vídeo sejam eliminados de imediato ou ao fim de poucos dias e que o áudio tenha um prazo limite de disponibilização. Indica ainda que o registo de voz é um dado pessoal sensível e que deve existir declaração de consentimento ajustada às decisões da Assembleia. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** interveio para esclarecer que os registos das reuniões ficam guardados internamente e que, caso algum membro da Assembleia necessite de uma transcrição, poderá solicitá-la, sendo o pedido analisado pela Mesa e concedido apenas para o fim indicado. Sublinhou que essa informação não pode ser disponibilizada a terceiros nem utilizada para outros propósitos. Acrescentou que, se algum deputado entender que o procedimento relativo às gravações deve ser alterado — nomeadamente quanto ao prazo de eliminação — pode apresentar uma proposta, cabendo à Assembleia deliberar soberanamente sobre a matéria. --- ----------

---------- Usou da palavra o senhor **Pedro Bastos** sugerindo que a Câmara Municipal crie um canal institucional próprio para transmitir e disponibilizar as reuniões. Defendeu que, usando um canal oficial em vez de redes sociais, deixaria de existir o problema legal associado ao Facebook, permitindo manter os conteúdos acessíveis ao público. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa colocou o Regimento à votação, por braço no ar, não tendo o mesmo sido aprovado, registando-se 18 (dezoito) votos contra e 14 (catorze) votos a favor. ----------

----------Volta a intervir o senhor **Óscar Brandão** afirmando que documentos como o regimento deveriam ser discutidos e votados na especialidade e depois na globalidade, o que não aconteceu. Referiu que o processo teria beneficiado da criação de um grupo de trabalho que permitisse elaborar um regimento no qual todos se pudessem rever. Lamentou que tal não tenha sido feito e expressou esperança de que esse procedimento seja adotado numa próxima revisão. ----------

----------Em resposta, o senhor **Presidente da Mesa** explicou que não avançou para a votação na especialidade porque os partidos já tinham anunciado antecipadamente que iriam votar contra o regimento na globalidade. Considerou, por isso, que não fazia sentido proceder à análise linha a linha quando o resultado final seria o mesmo. Reforçou que questionou previamente se existiam propostas de alteração e que nenhuma foi apresentada. Concluiu que, perante a ausência de propostas e a declaração de voto contra, não se justificava a discussão na especialidade, passando-se ao ponto seguinte.----------

----------Ainda neste ponto o senhor **Luís Almeida** declarou que votou contra o regimento, por considerar que este aumenta o controlo, dificulta o acesso à informação e limita a democracia. ----------

----------3.9 – INFORMAÇÃO DA SR.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: ----------

----------Concedida a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta refere que apresenta o relatório de atividades dos meses de fevereiro e março, afirmando que o documento, que se dá aqui como transcrito e a fazer parte integrante desta ata, é suficientemente descritivo e que está disponível para prestar os esclarecimentos que os deputados considerem necessários. ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Pinho** afirmando que o relatório mantém um padrão recorrente, com muita descrição administrativa e pouca evidência de impacto concreto na vida dos munícipes, faltando métricas, prazos e avaliação de resultados. Referiu a inauguração da extensão de saúde de Chave e da Biblioteca Municipal, lamentando que, semanas antes, não lhe tivesse sido dada qualquer previsão. Questionou o ponto de situação do projeto de remodelação da Escola Básica e Secundária de Escariz, bem como os efeitos da suspensão da edição de 2026 do Orçamento Participativo nos prazos de candidatura. Abordou ainda os dados do Gabinete de Inserção Profissional, destacando a elevada procura e a baixa taxa de colocação, pedindo esclarecimentos para este desfasamento. ----------

----------Na resposta, e após lhe ter sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** reiterou que o relatório cumpre a função legal de apresentar a atividade municipal e não constitui um documento de avaliação de impacto. Indicou que só poderá fornecer datas relativas à Escola de Escariz quando a candidatura

estiver aprovada. Explicou que a revisão do regulamento do Orçamento Participativo implica várias fases formais e está em curso. Relativamente ao Gabinete de Inserção Profissional, sugeriu que, na próxima Assembleia, seja feita uma apresentação detalhada das funções e resultados do serviço, para melhor compreensão dos dados. ---
---------- Volta a intervir a senhora **Fátima Pinho**, reafirmando que as suas perguntas decorrem exclusivamente da informação enviada aos deputados e do mandato que lhe foi conferido pelos Arouquenses, rejeitando a ideia de que formula questões por interesse pessoal. Sublinhou que tem o dever de solicitar esclarecimentos sempre que os dados apresentados suscitem dúvidas e que espera igual respeito pelo exercício das suas funções. Relativamente ao Orçamento Participativo, referiu que a revisão do regulamento implica naturalmente um processo exigente e que a suspensão da edição de 2026 decorre desse trabalho. Esclareceu que a sua questão se centrava apenas em saber se existe algum plano de retoma ou previsão de funcionamento da edição após a revisão, dado que se encontra suspensa, e que, caso essa informação ainda não exista, tal deve ser assumido com clareza. Agradeceu ainda a disponibilidade para que o Gabinete de Inserção Profissional apresente os seus serviços e resultados numa futura sessão. ----------
---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que sempre teve, e continuará a ter, o maior respeito por todos os membros da Assembleia e que as suas respostas são sempre dadas de forma íntegra e rigorosa no que diz respeito à atividade municipal. Esclareceu que toda a documentação relativa à atividade está disponível e que, no que se refere a certas questões ainda sem resposta, tal decorre do facto de estas não estarem ainda definidas. Reforçou que a suspensão da edição de 2026 será revertida assim que o processo de revisão estiver concluído. Por fim, afirmou que nunca se recusou a responder a qualquer questão, estando sempre disponível para prestar esclarecimentos perante a Assembleia e todos os Arouquenses. ----------
---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, afirmando que o documento confirma a existência de muitos projetos anunciados, mas com a maioria das obras ainda em curso, em análise ou dependentes de entidades externas, resultando num número reduzido de intervenções concluídas. Referiu falhas persistentes na mobilidade básica e a fraca participação em alguns instrumentos de envolvimento cívico, bem como dúvidas quanto à execução de novas infraestruturas previstas. Como exemplo, destacou a situação de Rio de Frades, onde o aumento do canyoning tem gerado um fluxo significativo de visitantes sem que existam condições adequadas, nomeadamente estacionamento, instalações sanitárias e organização do espaço. Assinalou dificuldades relatadas no acesso de meios de socorro devido ao estacionamento desordenado e recordou que, apesar das promessas eleitorais relativas à existência de estudos e projetos a apresentar à população, não ocorreu qualquer apresentação, discussão pública ou início de obra. Concluiu que o município demonstra atividade, mas continua a enfrentar dificuldades em transformar planeamento e compromissos em resultados concretos no terreno. -------

----------Em resposta, e após lhe ter sido concedida a palavra a senhora **Presidente da Câmara** afirmou que o projeto de Rio de Frades é relevante, mas ainda não está concluído nem em condições de avançar para obra. Explicou que se trata de um projeto complexo, desenvolvido em várias dimensões e com várias equipas, integrando um "masterplan" ambicioso que não pode ser trabalhado de forma isolada. Indicou que o município está a articular-se com diferentes entidades, incluindo a Agência Portuguesa do Ambiente, para garantir condições adequadas e disciplinadas para a prática de canyoning, mas que persistem condicionamentos, nomeadamente pareceres do ICNF, que impedem o avanço imediato. Referiu que pretende cumprir os compromissos assumidos e que este é um dos projetos que deseja concretizar, embora a sua complexidade obrigue a evitar a criação de expectativas excessivas. Acrescentou que a população será envolvida numa fase posterior, quando houver garantias de que não existem impedimentos técnicos ou legais. Concluiu que, após ultrapassados os condicionamentos e apresentado o projeto em reunião de Câmara, será possível avançar para a discussão pública e para as fases seguintes. ----------

----------**APROVAÇÃO DA MINUTA**: ----------

----------Após leitura, posta à votação, por braço no ar, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----------E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão às 20 horas e 20 minutos.----------

----------Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim, Sónia Pinho, que a redigi e a subscrevo. ----------